

ó
m

Recensões

tr
e
o

JORGE, Vítor Oliveira, *A Irrequietude das Pedras – Reflexões e experiências de um arqueólogo*. Ed Afrontamento, col. Biblioteca de Arqueologia nº 1, Porto, 2003

“(...)a sensação de se ter vindo a este mundo apenas para repetir é temível.(...)”

Vítor Oliveira Jorge
(*in ob. cit.*, p. 36)

“(...) Sejam inteligentes quanto puderem!(...)”
(*Idem.*, p. 53)

“O espírito humano é metafórico, não é literal – literal é o cérebro asséptico de muitos (maus) cientistas”
(*Idem.*, p. 180)

Há textos assim – poucos, já o sabemos em Portugal mas, registe-se: há autores assim, provocatórios, humildes, conscientes, assertivos, inovadores, corajosos, despojados no olhar com que se confrontam com os factos, os objectos, as pedras... A nós inquietam-nos as pedras no seu remanso irrequieto de materialidade estática que se não deixa “apanhar”... inquietam-nos por isso, pela sua irrequietude feita de silêncios, pluralidades de sentidos reconhecidos como possíveis, e de outros, imprevisíveis... Inquietam-nos porque receamos que se nos escapem no essencial, nessa substancialidade que inces-

santemente buscamos sem garantias e da qual temos esboços de ideias e uma mão cheia de incertezas... Irrequietas, as pedras devolvem ao nosso olhar a intuição ou a certeza da existência de uma complexa organização social de que não discernimos nitidamente continuidades ou processos de mudança... As pedras são telas anónimas esquecidas pelo tempo que as preservou, cúmplice dos significados construídos pelos espaços onde o que resta arrasta uma pálida memória do que foi, e da sua origem... São irrequietas as pedras até que se lhes encontre a “*alma*”, o fundamento consciente da sua produção e a função social da arte que nelas inscreveu o seu próprio tempo de uso e reconhecimento... A inquietude, a nossa, permanecerá na percepção, na análise, na (re)interpretação, na epistemologia do nosso saber e do nosso saber fazer... A inquietude persiste em nós até sentirmos que dominamos o enquadramento sociológico que produziu a arte rupestre como aliás o fazemos ao sermos interpelados (quando o somos!) pela arte contemporânea. Irrequietos objectos para inquietos observadores num laboratório de dúvidas e hesitações em que assenta a pró-

pria realidade, plural na sua unidade. Entre objecto e observador nada mais que uma imagem raramente dissociada de representações sociais que a contextualizam e no âmbito das quais se lhes descobrem significados. O que é que se revela irrequieto e inquieto? As pedras na sua inconsciente mas firme missão de testemunhos de transmissão de saberes ou o “eu” na sua ânsia de descodificação das mensagens que transportam? Imóveis, que irrequietude a das pedras senão a que lhe empresta a nossa própria inquietação confusa entre sentidos que suspeitamos ocultos e cujo desvelamento não posso (podemos) nunca assegurar ser outro senão o que me (nos) permite a minha (nossa) própria interpretação inquieta que devolve às pedras uma irrequietude que elas não tinham e nelas se grava, desafiando o tempo que, no futuro, as continuará a interrogar.

A “**A Irrequietude das Pedras – Reflexões e experiências de um arqueólogo**” de Vítor Oliveira Jorge é um texto epistémico raro em Portugal, um texto científico... A sua vertente epistemológica consiste no facto de problematizar a ciência – especificamente a arqueologia – e essa é a condição maior do espírito científico (como o afirmou na década de 60 Jean Forastier mais ainda que Gaston Bachelard); a dimensão científica resulta da obra ser, em si própria, uma produção científica porque pensa e produz o pensar a ciência... Um texto kantiano...?!... Sim, kantiano, porque este livro do Professor Doutor Vítor Oliveira Jorge é um texto em que a própria circularidade da problematização epistemológica nos reduz aos métodos, cujo sentido se deve procurar não nos objectos mas nos princípios que os enformam, enquanto processos de descodificação do real. Um texto que oscila entre o sujeito e o objecto e que daí retira consequências no plano articulado das áreas científicas e aborda a interdisciplinaridade como metodologia e a transdisciplinaridade como síntese, denotando como condições sufici-

entes o “tempo” e o “espaço” (que Kant denominara “*formas a priori da sensibilidade*”), condições às quais retorna a análise científica do objecto (re)interpretado enquanto parte integrante das “*formas a posteriori da sensibilidade*” – diria eu! – isto é, o espaço e o tempo... Antecedendo-nos, criam condições para a manifestação do sujeito e do objecto em contextos próprios, bem como condições para o seu acto correlacional de natureza cognitiva, despertador das irrequietudes e das inquietações. A interrupção da mera existência no espaço e no tempo – condição ontológica de todo o “*facto social total*” enquanto tal – é a existência de um acto cognitivo que transporta o objecto para cenários prováveis construídos segundo as categorias interpretativas de cada sujeito interrogante e conferindo-lhes dimensões várias, sentidos possíveis e plurais de significação e/ou funções... Depois de nós (isto é, da relação cognitiva sujeito-objecto), cada termo deste binómio é devolvido à sua condição contextual própria, a qual só pode ser interpretada e avaliada “*fora da sensibilidade*” (esse frémio de contacto que leva à irrequietude e à inquietação), isto é, no espaço e no tempo. Aliás, uma leitura antropológica das “*visões do mundo*” (“*weltanschauung*”) de cada uma e de todas as ciências, confina-se à consideração fenomenológica dos “*factos sociais totais*” no espaço e no tempo... É essa a forma que temos de apreender uma estrutura (ou de a conferir à realidade?!)... Kantiano e fenomenológico, de Husserl a Merleau Ponty, ter-se-ia sorrido ao ver como a fenomenologia encontrou em Portugal uma leitura que nos serve a interpretação articulada e holística da realidade – a partir da fragmentação metodológica da arqueologia relativamente às ciências sociais e, em última análise, como diz V. Oliveira Jorge, a “*(...) essa matéria difícil para os filósofos(...)*”, a antropologia.

Vítor Oliveira Jorge encontrou o caminho: a ciência é fenomenológica porque a

ontologia do seu objecto se reduz à relação cognitiva que com ele se estabelece – e eu não conheço, nem reconheço no plano filosófico ou científico, outra forma mais séria e mais credível para salvaguardar a objectividade de um conhecimento que reconhecemos útil nessa medida... Sim, porque a “*irrequietude*” é dada aos objectos pelas inquietações de um aparelho cognitivo que se reconhece condicionado e que aproveita o conhecimento para se problematizar a si mesmo... O conhecimento do objecto é ainda auto-conhecimento e é por isso que, se estamos na “*pré-história*” da “*pré-história*”, estamos também ainda na “*pré-ciência*” da cientificidade enquanto forma de estar no mundo, cidadania de elevado grau de responsabilidade social que, se não consciente, pode ver pervertido o uso e o sentido das suas próprias deduções... Um texto comunicante, interactivo, capaz de nos conceder esse minuto de empatia cúmplice em que todos os “*irrequietos*” se revelam sintonizados face às “*irrequietudes*” emergentes do real perante o nosso olhar humano que se interroga sobre se capta o real ou a aparência e se entende, além da forma, a essência... Estamos todos no mesmo barco, casca de noz em mar alto esperando que a tormenta não nos alcance antes de chegarmos a terra... Assim se encontra a “*engenharia*” especulativa financeira que governa a política ao serviço da qual vende o seu saber por ter sido construído como mera técnica, destituída da complexidade epistemológica e ética que consigo, silenciosa mas pesadamente, arrasta... apelando, com fundamentação científica, à ecologia.

Invertamos os termos para testar a validade dos raciocínios deduzidos ou induzidos e das aferições demonstradas, no esforço lógico da demonstração exacta de que não podemos equacionar mentalmente aquilo que não é passível de formulação lógica, universal e irrefutável... A lógica funciona contudo, como todas as ciências, enquanto

metodologia parcelar da análise e construção do conhecimento científico e não é válida “*per si*” (senão como objecto de manipulação laboratorial) mas apenas na medida em que permite – validando a transmissão do conhecimento – demonstrar o raciocínio inerente ao carácter dedutivo ou indutivo de um dado conhecimento. Exercício formal da racionalidade operativa, elemento por excelência de uma atitude científica nos primórdios da sua afirmação, o papel que nela tem a intuição não pode ultrapassar, em abstracto, o de um axioma ou corolário de que se inferem deduções... Reconhecê-lo não será fácil à comunidade dos “*lógicos*”... antes o silêncio (ou a argumentação estéril) do que enunciar a possibilidade do acto cognitivo ser, antes de mais, intuitivo... Daí decorreria uma diversidade de procedimentos lógicos sujeitos a falhas demonstrativas, próprias de raciocínios individuais e subjectivos, isto é, humanos... A lógica é a linguagem mecanicista de um procedimento sem inovação; é a morte da esperança humana porque o seu pressuposto é o de que nada muda, senão nas aparências sempre redutíveis ao Mesmo... uma espécie de leitura do princípio de Lavoisier (“*na Natureza nada se perde, nada se cria, tudo se transforma*”) reduzida ao que a contraria: a inércia e a imobilidade... Uma forma de conhecimento que “*reduz a zero*” a participação do sujeito, centrando-se no esforço de matematização de procedimentos que, por serem matematizáveis, não são contudo previsíveis da forma como o pretendiam aqueles que querem “*calar*” a inquietação da alma e a irrequietude dos seres... Se todo o “*imprevisível*” é “*a posteriori*” matematizável, o facto não impede que a sua ocorrência não tenha sido prevista, isto é, intuída...

O livro de V. Oliveira Jorge é um texto humilde... como o são todos os textos cientificamente válidos... um texto que deixa lugar à problematização da sua própria subjectividade... um texto ousado, estranho

quase ao meio envolvente arrogante - como são todos os meios fechados, “*ensimesmados*” sobre si próprios, alheios e fugidios à comunicação, à compreensão, ao confronto, à crítica, à discussão e onde o recurso à especialização é uma forma de defesa contra a problematização científica da teoria, da doutrina, dos métodos e das leis... Um texto disponível, aberto, capaz de nos colocar, com o seu título, face à questão inaugural do conhecimento: o que é a irrequietude dos objectos e/ou dos sujeitos? Eis a questão fundadora do acto de conhecer: interrogar-se! E a interrogação mais não é do que o enunciar mental de uma atitude verbalmente pensada que consiste no reconhecimento do Espanto e da Estranheza... esse momento em que nos distanciamos de nós e em que perdemos a assertividade da nossa identificação face ao meio envolvente... esse instante em que o Outro é reconhecido como Outro, despertando em cada um essa consciência do que não dominamos e, talvez por isso, nos fascina... É a intuição... essa fugaz unidade de tempo que detectamos na “*percepção*” e no “*espanto*” mas que se situa entre eles, posterior ao primeiro e anterior ao terceiro termo da triangulação comutativa do acto cognoscente (percepção/intuição/espanto) que denota a dinâmica endógena da fenomenologia e sustenta a dialéctica da sua explicação/demonstração/compreensão... A intuição antecede a Lógica e funda-a gnoseologicamente num processo em que o seu papel se evapora para dar lugar à primazia analítica das suas decorências cognitivas... Como o espaço e o tempo, a intuição marca a passagem (da percepção que a enquadra) que introduz o objecto nas formas de sensibilidade... A intuição, ao transformar a percepção em espanto, apropria-se do objecto e manipula-o cognitivamente até o integrar na sua rede fenomenológica reconhecida e lhe retirar o estatuto de “outro” para o fazer integrar o “meu” (que tendemos a ler como o

“Mesmo” - onde reside a raiz do Uno senão na capacidade unificadora da consciência?)... Apropriamo-nos do “outro” não pelo instinto egoísta da cumulatividade simples mas, simplesmente, porque conhecemos por identificação e contraste e só comunicamos com o exterior se encontrarmos um código que nos seja comum... As pedras povoam o meu espaço? Eu povoo o espaço das pedras? O povoamento do espaço inscreve o tempo nos registos dos seus povoadores? À maneira dos textos pré-socráticos, excertos perdidos de narrativas mais extensas, como reconstituímos o sentido em que se inscrevem esses sinais? O que é que nos falta? O que é que projectamos? Como obter a medida exacta para reconhecer que já conhecemos, isto é, que a irrequietude inquietante da vontade de conhecer um objecto se esgotou? Ou fomos nós que esgotámos o nosso tempo de olhar? É a consciência do risco das opções que nos coloca o drama da inquietude... A consciência dos nossos limites e a vontade, inconsciente ou manifesta, de os ultrapassar... Efectivamente, “(...) *se nos fosse dado, por hipótese, a totalidade da «cultura material» produzida numa certa fracção do espaço/tempo, seria impossível deduzir, a partir dele, a «cultura» ou «culturas» a que corresponderiam. Mais: seria até absurdo tal problema, uma vez que os elementos da «cultura material» (objectos, no sentido mais amplo do termo) não são realidades passivas, que simplesmente reflectem comportamentos, mas entidades activas que induzem comportamentos e, sobretudo, são «actores» do teatro social, que servem para exprimir sentidos que, em muitos casos, são encenações e traduzem mais desejos que realidades. Os objectos não são espelhos de uma realidade, nem entre eles e a realidade há uma relação biunívoca. Há sim uma relação equívoca, ou de ambiguidade: os objectos servem para produzir realidades (...) servindo precisamente para encobrir a realidade (...). Os objectos não são «objectivos» em si, não falam uma verdade mais verdadeira que as*

palavras – servem tanto para «mentir» como as próprias palavras. Dá que considerar os objectos como «documentos» seja possível, mas com a condição de se ter a competência de fazer a crítica de tais «documentos».(...)» (pg. 29).

O mote está dado: a desconstrução de uma metodologia reduzida à relação “espaço/ objecto” e à classificação tipológica dos materiais ao invés de concretizar essa buscada «objectivação» do conhecimento produz descrições isoladas cuja leitura integrada e escassez de vestígios compilados e comparados não deixa hiatos temporais que, contrariando a história, distanciam a percepção do entretenimento e induzem, silenciosamente, teorias mais ou menos esotéricas construídas geralmente abusivamente a partir da amostra considerada... E se, por um lado, os arqueólogos se escusam, regra geral, à apresentação pública dessas “*visões de conjunto*” é por terem consciência da precariedade dos seus fundamentos e permanecerem prisioneiros de uma lógica metodológica cartesiana, imperfeita e reducionista. A perspectiva que Vítor Oliveira Jorge nos oferece de perspectivarmos a «cultura material» enquanto parte visível de uma realidade engolida pelo tempo mas processada segundo «*factos sociais totais*», dá bem a ideia do problema que se coloca à cientificidade crítica e criativa/construtiva da arqueologia, no panorama contemporâneo das ciências sociais que, se por um lado denotam consistência interna para se manterem como “ciências”, por outro, encontram na sua articulação complementar a verosimilhança que confere validade à demonstração de uma tese ou investigação... Aliás, como o próprio autor de “Irrequietude das Pedras...” afirma, o simples facto de ser uma ciência leccionada de há muito nos sistemas institucionais de ensino denota a sua natureza mais ou menos acrítica que, situando-se sempre em relação a um passado espartilhado ideologicamente por categorias quantificáveis, não oferece ameaças à sobrevivência do sistema

político na medida em que a sua prática metodológica amputou essa competência ao trabalho arqueológico: se é difícil reconstruir uma cultura, mais difícil é perceber o processamento das suas relações sociais e consequentemente, de poder... Ora, a realidade não é dada senão por relações e interacções sociais que arrastam sempre a interactividade cultural no conhecimento interpessoal, social ou político. A “*perda de ingenuidade*” corresponde por isso, ao “*despertar da consciência*” – esse momento a que na filosofia ocidental se chamou «*milagre grego*» e mais não foi senão um evento sociolinguístico que permitiu a enunciação verbal da problematização sistemática dos comportamentos naturais e humanos; do mesmo modo, de uma “*mentalidade mítica*” que permanece confusa perante a variedade de distribuição da «cultura material», o pensamento arqueológico encontra no texto de V. Oliveira Jorge os fundamentos da sua validação científica enquanto forma de conhecimento que nos permite uma aproximação adequada à realidade a que só o tempo assistiu e cuja voragem obliterou na memória colectiva as origens dos actos simples que reproduzem, consciente ou inconscientemente, uma esquematização ritualística que só a prática e o uso podem garantir (e cuja evocação pode permitir aproximações conceptuais aos seus fundamentos).

A construção – ou legitimação – epistemológica da Arqueologia encontra-se aqui presente de uma forma clara e indispensável à comunidade científica não só portuguesa como também europeia e internacional... Diz o autor: “(...) *Aquilo que se chama com impropriedade «registo arqueológico» não é registo nenhum, mas um palimpsesto confuso, material, resultante da imbricação permanente (desde sempre, e não apenas depois de um sítio ser temporária e definitivamente abandonado) de efeitos humanos e naturais, de acções de acumulação (depósito) e de ablação (limpeza, arrastamento, transporte, degrada-*

ção, decomposição). Portanto, se não há qualquer relação directa entre «cultura material» e «cultura» em geral, muito menos o há entre «cultura material» e «cultura» em geral, muito menos o há entre «cultura material» passada e o chamado «registo arqueológico». Quer isto dizer que o conhecimento arqueológico é inviolável? Não. (...) Há a possibilidade de, através de um certo relativismo que todo o conhecimento tem (a ciência não substitui a religião, nem nós somos propriamente deuses) – e em particular o das ciências sociais e humanas –, não se cair no relativismo absoluto, e de se acumular informação, reportando-se a um referencial de «verdade». Com a ressalva de que, em ciência, salvo erro, a verdade é sobretudo uma «vontade de verdade» (uma verdade «a prazo») e não uma «verdade revelada», definitiva. Primeiro, há condições em que a arqueologia actua com recurso a outros elementos de informação que não os puramente «arqueológicos». É o caso da arqueologia histórica, em que muitas vezes possuímos documentos de outra natureza (nomeadamente documentos escritos) que nos dão múltiplas informações complementares. Depois há inúmeras situações em que dispomos de elementos de continuidade entre a realidade passada, alvo de estudo, e o presente. É nesse âmbito que funciona a etno-arqueologia, que procura articular ou contrastar informações da memória oral, ou de saberes-fazer que se conservaram, com as sugestões interpretativas deduzidas do «registo arqueológico». Mas não é só o recurso à história ou à etnologia que nos possibilitam superar as contingências ou insuficiências dos «dados arqueológicos». De uma maneira geral, a todos os níveis, a prática generalizada da interdisciplinaridade permite constantemente aferir conclusões e conhecimentos num quadro mais vasto de pesquisa científica. As descobertas sobre a origem e evolução do «Homem» (genética, paleontologia humana, primatologia), ou sobre a origem das línguas (linguística histórica), das plantas cultivadas (paleobotânica), dos animais domesticados (arqueozoologia),

das paisagens «humanizadas» (paleogeografia, geo-arqueologia), são exemplos, entre muitos outros, de desenvolvimentos de que a arqueologia usufruiu, ou que realizou, em conjugação com outros saberes. (...)» (pgs. 29/30).

Os arqueólogos quiseram, a partir de um simples estádio material atribuído a uma categoria taxonómica, deduzir épocas, funções e autorias: “(...) Ligavam o particular à totalidade, o novo à grelha do expectável. O sonho tornou-se pesadelo quando começaram a querer saber mais coisas a partir (isto é, de forma indutiva) do «registo arqueológico», tais como processos de mudança, de complexificação social, etc. ... Em suma, quando passarem a querer saber mais coisas a partir (isto é, de forma indutiva) do «registo arqueológico», tais como os processos de mudança, de complexificação social, etc.. Em suma, quando passaram da etiqueta do museu à narrativa histórica propriamente dita (...) A segunda ingenuidade foi importada da antropologia, quer evolucionista unilinear (século XIX), quer multilinear (século XX) e tem a ver com a esperança de criar uma teoria da evolução cultural comparável (...) com a teoria biológica de Darwin, um dos homens que mais estragou a visão teológica do mundo. (...) Era a quadratura do círculo: se cada fragmento material pudesse ser atribuído a uma sociedade e esta integrada num quadro mundial evolutivo, literalmente, a «história universal» (...) ficaria completa, abarcando todas as fissuras, todos os vazios, do tempo e do espaço. Presentificaríamos, um dia, o mundo desde as suas origens, em toda a sua lógica. A história substituir-se-ia à cosmologia religiosa, a ciência arqueológica realizaria, no seu campo, as profecias de Comte.(...)» (pg. 31).

Uma breve incursão pelo panorama do ensino histórico-arqueológico (dedicada ao Professor Jorge de Alarcão) coloca de imediato o problema que efectivamente subjaz à cientificidade do trabalho arqueológico; V. Oliveira Jorge enuncia-o: “(...) desde muito novo, reagi quase espontaneamente contra a tendência, que via em muitos dos meus colegas,

para primeiro realizarem «trabalho de campo», e só mais tarde se dedicaram a discutir os métodos de interpretação – como se um e outro «treino» não tivessem de estar profundamente unidos desde o começo.(...)» (pg. 34). Diz o investigador: “(...) para mim, olhar para uma coisa (que pode ser um conceito), torná-la «objecto» da minha observação, é já uma operação mental que movimenta, ou mobiliza, a totalidade do meu saber, de tal modo incorporado que o não consciencializo muitas vezes como «saber» aprendido e construído mas como apreensão pura, verificação simples, registo fenomenológico directo. A arqueologia tanto provém do colecionismo, do gosto de tactear coisas antigas e de as expor – gosto que resulta de todo o quadro mental que se abriu com a Renascença –, como da especulação (de raiz erudita mas também popular) sobre as origens (...). Deste modo, «prática» de campo e «ideologia» explicativa («teoria», mesmo no seu sentido mais abrangente) são duas «técnicas» que vão a par (...)» (pg. 35).

Do papel e da falácia das taxonomias que sustentam a «ideologia explicativa» do trabalho arqueológico dá-nos V. O. Jorge um excelente exemplo nos textos da Parte II onde, a partir das suas experiências como arqueólogo, retira ilacções frontais e corajosas (verdadeiras portanto, nesse sentido efémero das verdades transitórias, absorvidas pelo tempo e pela história) como a que dá título ao respectivo capítulo 2: “*O Neolítico Nunca Existiu*” e enquadra, no âmbito da consideração deontológica e científica, inerente ao trabalho de pesquisa, problemáticas como a do megalitismo, cujo estudo e compreensão passa exactamente pela identificação das dinâmicas sociais estruturantes e singulares que ocorriam no período de edificação megalítica – as quais constituem justamente o maior entrave com que a ciência arqueológica se confronta, enquanto disciplina autónoma (ou autista?) relativamente a outros saberes paralelos e concorrentes!? Invariantes e variabilidades

são, na realidade, os parâmetros referenciais da discursividade científica assente na comparação, por similitude e dissemelhança; por isso, ignorar o olhar do(s) outro(s) sobre o nosso objecto de análise será sempre a denotação da ausência de certezas quanto à validade assertiva do nosso discurso ou, por outro lado, a nossa incapacidade em construir objectos científicos abertos à (re)interpretação, reféns da lógica reprodutora dos objectos fechados assumidos como suficientemente válidos “*per si*” num mundo em que já não reconhecemos lugar à ausência da interactividade permanente. É a instância fundadora do conhecimento (o da sua utilidade socio-económico ou psicossocial) que reivindica a validação interdisciplinar do conhecimento científico disciplinarmente espartilhado em especializações necessárias que devem prever, metodologicamente, reducionismos excessivos ou generalizações abusivas.

A abordagem do discurso historiográfico como discurso narrativo, como construção onde deve estar presente a consciência de que: “(...) *Na prática, nós vivemos dentro da contingência, e a nossa visão do «presente», no momento dela acontecer, é muito limitada e subjectiva (...)* (pg. 40) e que “(...) *aquilo a que a arqueologia nunca escapa – como nenhuma ciência social e humana – (...) à temporalidade radical em que todos estamos inseridos. (...) E, nesse sentido, está sempre subjacente ao trabalho e à interpretação do arqueólogo o sentido do tempo, da duração (nas suas várias escalas, repito), sendo que a sua manipulação da realidade é provavelmente produto de uma consciência aguda, metafísica, da morte inevitável de tudo o que nos rodeia, incluindo nós próprios. Fazer arqueologia é meditar sobre a temporalidade, sobre a inevitável obsolescência de tudo, sobre a complementaridade da ilusão e da desilusão, da vontade de viver e do cansaço da existência (...), da juventude do novo (...) e da erosão do velho (...)*” (pg. 42). Do ponto de vista epistémico

são de registar as condições de participação activa da subjectividade inerentes ao exercício de pensar o objecto que pode “(...) *estar mais interessado em explicar o que permaneceu, durante quanto tempo permaneceu e porquê, do que o que mudou (...)*” (pg. 42). A indissociabilidade sujeito-objecto de relação cognoscente transcrita para o discurso narrativo (historiográfico ou não) coloca de novo, em termos epistemológicos, o problema no sujeito: “(...) *Todo o bom autor – seja em que domínio for, artístico, científico, ou filosófico, arranca de uma tradição que assimilou (melhor ou pior), e perdura para além da época, às vezes até naquilo que nem ele mesmo, possivelmente, suspeitou que iria perdurar(...)*” (pg. 43). Afirmando “*uma historicidade radical do pensamento*”, V. Oliveira Jorge alerta para a ausência da inocuidade do reconhecimento socio-político dos saberes: “(...) *A cultura, a arqueologia, não são coisas inocentes, são elementos estruturantes do poder contemporâneo (...)* Por isso a pesquisa intelectual (incluindo, claro, a arqueológica) não é desinteressada nem se pode descontextualizar (...)” (pg. 44) e introduz no seu texto uma problemática assaz pertinente para a sociedade portuguesa: “(...) *A educação democratiza os instrumentos da criatividade – processo indispensável -, mas não multiplica percentualmente os seres criativos (problema para os sociólogos e psicólogos) (...)*” (pg. 45). A análise do autor interroga-se então a este propósito, sobre a (in)dependência dos dados «arqueográficos» relativamente às diferentes interpretações que originam e a resposta segue-se, humilde, ousada, problemática, polémica e assertiva como convém ao autêntico cientista social: “(...) *Sim e não, conforme a escala e a perspectiva, consoante o grau de rigor ou de standardização com que queiramos conceber esses «dados».* Já alguma vez compararam dois desenhos diferentes, de dois bons desenhadores de campo, de uma mesma estrutura pequena e simples, como seja uma lareira? Pois bem, variam imenso! Há

peçoas que têm talento para desenhar (e interesse no que estão a fazer, o que é básico), e o desenho torna-se mais real do que a realidade que é suposto reproduzir. (...) Há outros profissionais do desenho tão lentos, tão «preciosos» nas medidas, tão perfeccionistas nos detalhes, que (nesse caso) eu até prefiro ensinar um aluno com jeito, numa tarde, e no dia seguinte ele já está a trabalhar melhor que o técnico. Porquê? Porque tem intuição – suprema forma de inteligência – para distinguir o que interessa do que não interessa, para «ver» («ver» é uma abstracção, é um processo de construção de um modelo mental) a estrutura no papel antes dela lá estar. Para compreender o que está em causa na percepção de um sítio (...) Agora, perguntar-se-á: mas a intuição nasce com a pessoa? Não se trabalha? Não será isso uma desvalorização do esforço?... Resposta: não, porque a intuição é a consequência prática, inconsciente, de longos anos de incorporação de experiência. A intuição trabalha-se, sim, desenvolve-se ou atrofia-se como qualquer outra capacidade com que se tenha nascido, seja a aptidão para o salto em altura ou para tocar piano. Quem não treina todos os dias, ou pelo menos frequentemente, «não vai lá» (...)” (pg. 46)... Como com os poetas: nascem e fazem-se!...

Ao afirmar que: “(...) *investigar não é um acto normal, é um acto de paixão(...)*” (pg. 47), V. Oliveira Jorge esclarece “(...) *O que importa é que a escavação não seja um imenso processo de descontextualização das coisas, que as pessoas não pensem por quadriculas, que não se tirem conclusões de conjunto sobre áreas ridiculamente pequenas ou percentagens ínfimas da realidade arqueológica. (...) A interpretação, a descoberta, a observação (tudo são facetas do mesmo) é um acto de enamoramento, de espanto... ou não serve para nada a não ser para os burocratas dos processos e dos (pseudo) inventários, que tanto podiam ser arqueólogos como funcionários de uma qualquer repartição pública (...)*” (pg. 48). Merece ainda referência a questão da uni-

dade da obra ou do autor a que V. Oliveira Jorge dedica algumas páginas perspectivando a “voz própria” (em vez de “originalidade descartada”) que resulta do reconhecimento das influências nas opções tomadas e nas pistas seguidas com muito, muito trabalho e persistência, apesar de a “(...) construção de um «autor» hoje passa em larga medida pelos media (...)” (pg. 51), o facto é que: “(...) *Todo o estudioso criativo, todo o cientista, filósofo ou artista persegue uma ideia obsessiva que explora nas suas obras sob diferentes formas... se essas formas vêm a ter ou não uma unidade, será mais um problema para os críticos ou historiadores. O autor trabalha em função de impulsos (o que não significa ziguezaguear), de pulsões, de paixões, e é possível que, no fim do seu percurso, tudo venha a parecer coerente, pelo menos na escrita dos seus biógrafos, se alguma vez os merecer, ou se os lobbies da cultura e da academia lhe permitiram vir a ser digno de tal estatuto.(...)*” (pgs. 50/51)... Quanto à problemática da maturidade do pensamento e da escrita exposta publicamente, V. Oliveira Jorge afirma: “(...) *eu só sei pensar a ler e a escrever; ou seja, a escrever nas margens dos livros dos outros e a tentar reescrever os meus. Enigma, o enigma é que nos conduz na busca, e o enigma não se pode formular sem palavras (...)* O que me interessa é o espaço, a luz, a eternidade. As pessoas e os seus dramas, enquanto tais, são extremamente cansativos. (...) *não acredito na longa «continuidade» das culturas e das significações. O que procuro não é essa familiaridade do passado, essa perduração ao longo das eras, dos mesmos sentidos. (...) O que me importa é ver o passado como diferente (...) como exigindo um esforço radical para ver o que não é evidente, para exercitar a minha imaginação.(...)*” (pg. 52). Para o autor, deve ser denunciado o uso abusivo do termo “culturas” para designar “(...) conjuntos de tipos de cerâmicas, com base na formal/decoação.(...)” (pg. 70) porque “(...) *Só recentemente os arqueólogos têm percebido a importância da*

paisagem, do território, como um todo, para a compreensão do modus vivendi das comunidades antigas (...) Mas o mais importante é tentar compreender a dinâmica histórica total da paisagem, com a ajuda da geoarqueologia e de outras ciências.(...)” (pg. 71). Neste sentido, para Oliveira Jorge, a escavação é um microcosmos espacial que, pelo próprio carácter da permanência “*in loco*” da equipa de investigação, se constitui como um “(...) interessante laboratório sociológico (...)” (pg. 74). Com a frontalidade de um cientista rigoroso, o investigador afirma ainda: “(...) *A arqueologia (portuguesa e não só) é uma nebulosa de ideias e interesses onde domina um acérrimo individualismo. E um certo culto de «grandes personalidades», que pode atabafar os mais jovens ou criar-lhes precocemente tiques de vedetismo... como já se começa a notar entre nós, quando é certo que muitas de tais «personalidades» frequentemente não se «aguentariam» na cena internacional, em termos de comparação de competências com os seus pares... enquanto que os poucos elementos muito (e/ou razoavelmente) bons que temos são frequentemente votados ao silêncio. Ora, na sociedade mediatizada em que estamos, é perfeitamente nítida a fabricação da visibilidade de uns e da invisibilidade de outros.(...)*” (pg. 92); na continuidade deste raciocínio, o autor apresenta uma interessante e objectiva tipologia dos tipos de desempenhos dos arqueólogos (o universitário, o dos serviços de Estado, o museógrafo, o autárquico, o empresário, o *free lancer*, o amador e o estudante pretendente a arqueólogo).

Merecem também destaque, na Parte II deste livro, o cap. 1 que apresenta importantes reflexões sobre a arte rupestre no centro-interior do país com a devida referência às limitações metodológicas à sua problematização e a que apetece acrescentar uma série de questões decorrentes da seguinte interrogação: porque é que não há uma leitura integrada dos espaços que do Côa à bacia do Tejo e ao Guadiana, manifestam

este tipo de arte (como aliás, também encontramos no Magrebe – basta visitar o Museu de Rabat para o compreender)?! É neste contexto que o autor estabelece uma feliz e interessante enunciação da diferença entre ciência e arte: “(...) *Trata-se de esclarecer um ponto fundamental: é que um trabalho «científico» é eficaz na medida em que outros indivíduos o podem, até certo ponto, repetir, partindo das mesmas premissas e baseando-se em observações análogas, considerando sempre um referente externo aos sujeitos (autores) que observam, enquanto que um trabalho artístico atinge o seu objectivo quando se multiplica nos efeitos de fruição que produz nos diversos sujeitos (intérpretes) que o recriam, a partir de uma base (a obra, produzida por um autor) que não tem um referente externo, embora apenas exista quando inserida num campo (de outras obras) que a legitima como obra artística. A experiência artística, tanto a do autor, como a dos fruidores (intérpretes) da sua obra, é irrepetível. Cada obra de arte visa ser única; cada obra científica pretende inserir-se numa cadeia tendencialmente «cumulativa» de produção de «conhecimentos».* (...)” (pg. 154); o autor afirma ainda que, em ciência, face à laboração num erro, é “(...) *mais inteligente reconhecer-lo e corrigi-lo, em vez de nele persistir – é nisso que consiste o espírito da ciência* (...)” (pg. 180).

Uma referência muito especial ao capítulo 4 da Parte I merece as últimas referências desta tão longa recensão. Citando Marc Augé: «*Não há afirmação identitária sem redefinição das relações de alteridade e não há cultura viva sem criação cultural. A própria referência ao passado é um acto de criação e, se se quiser, de mobilização.*» (in “A Guerra dos Sonhos”, 1998, pg. 25), V. Oliveira Jorge apresenta-nos três conceitos que obrigatoriamente devo referir: património, memória e identidade. Afirmando como elo de ligação entre “*património*” e “*identidade*”, a “*memória*”, diz-nos o autor: “(...) *A memória é a possibilidade que eu tenho (ou que uma socie-*

dade tem) de se rever num certo número de experiências anteriores – entendidas como representações ou seja, como construções mentais – que me (nos) permitem saber quem sou (quem somos), ligar a minha (nossa) experiência ao meu (nosso) nome e às expectativas que (julgo, ou julgamos) os outros têm sobre mim (sobre nós). E com base nisto situar-me (nos) no presente e estabelecer projectos de futuro. (...) *O património representa o símbolo da luta individual e colectiva para criar, conservar, ampliar valor – isto é, bens de referência miticamente atemporais – num quadro de desgaste, de poluição e de obsolescência crescentes -, isto é, num meio em que a aceleração a todos os níveis e escalas, e a imediatez da experiência, esmagaram tudo, achatando o espaço/tempo e homogeneizando a realidade. Trata-se de uma resistência contra a repetição, contra o depauperamento do mundo, contra a instrumentalização selvagem que o homem e as sociedades têm feito da realidade que nos cerca.* (...)” (pg. 57); por isso, pode o autor afirmar: “(...) *A personalidade – a identidade – de cada um tornou-se produto de uma construção, dessacralizou-se como uma combinatória entre outras possíveis. Como o é a suposta especificidade de um lugar, produto de uma história e de um conjunto de «tipicidades» mais ou menos estereotipadas, mais ou menos construídas ou inventadas. O rigor histórico interessa menos do que a intensidade da vivência: a sociedade da repetição – sociedade da indiferença, por excelência (...) é também a sociedade do sentimento (...) Sociedade da hipocrisia levada à qualidade de verdade – com(fusão) teatral entre realidade e fingimento, sob a capa da «performance», ou seja, daquilo que táctica e estrategicamente interessa fazer e dizer, em cada momento, para atingir o objectivo.* (...)” (pg. 59). O autor chama a atenção: “(...) *em grande parte o mito do «património» consiste, para muitos, em tentar «fixar» uma realidade que sempre foi dinâmica, incompleta, em processo de reestruturação permanente, ou seja, uma desordem que é*

própria da vida, num sítio tipificado e pronto para visita, atemporal, onde não haja condições, isto é, numa ordem que é obsessão do mundo contemporâneo, e que se contrapõe, num certo sentido, à vida.(...)” (pg. 61).

Com uma lucidez rara na produção científica, académica, intelectual e literária portuguesa, Vítor Oliveira Jorge afirma: “(...) Não me assalta, julgo, uma nostalgia do passado. (...) Assusta-me isso sim um mundo de réplicas em que a poluição e o depauperamento não sejam apenas ecológicos (...) mas também culturais, ou seja, em que sobre um fundo de homogeneização (e portanto de empobrecimento) se estejam a criar singularidades, hibridações, transculturalidades, que sejam variantes do mesmo. (...) Estou de acordo com A. de Melo (2002, pg.52) quando escreve «(...) é necessário levar às últimas consequências o abandono da noção de identidade entendida como património, essência ou raiz, em favor de uma experiência da identidade entendida como prática, processo, tradução, negociação». (...) Isolar a «cultura» (...) do resto, é já

um grave risco... num mundo de redes, deixou de se poder pensar por sectores, e é evidente que a cultura, a identidade, o património, o ambiente, são questões transectoriais, quer dizer, eminentemente políticas. (...) A cultura não é um refúgio, ou um espaço de culto de elites – é uma questão transversal, que abarca tudo e implica tudo .(...)” (pg. 65).

Leiam o livro... Tenham a coragem e a humildade de aprender e de se orgulhar em ler, em Portugal, autores, cientistas, capazes de produzir um trabalho notável, crítico, inovador, corajoso... contemporâneo! Vítor Oliveira Jorge na sua “Irrequietude das Pedras...” liberta-nos da sensação dos pequenos mundos universitário e técnico que parecem formatar a produção mental portuguesa e aproxima-nos do Universo... esse objecto distante que buscamos em cada microcosmos que, arqueólogos das estrelas, nos permitem, na terra, ter “visão” ou, como diria V. O. Jorge: intuição, talento, dedicação e muito, muito trabalho...

Ana PAULA FITAS

O Mosteiro de S. Pedro e S. Paulo de Arouca – História da Arte. Lisboa: Edições Inapa, 2003.

Em publicação de interessante aparato gráfico, foi lançado no mercado o livro **O Mosteiro de S. Pedro e S. Paulo de Arouca – História e Arte**. Obra profusamente ilustrada, com fotografias a cores, a par de outras antigas a preto e branco, imagens que bem espelham trechos desta instituição, tanto no domínio da arquitectura como das artes que modelam o espaço. Através das ilustrações o leitor é mergulhado na exce-

lência do património artístico, símbolo evidente de riqueza e poderio que gozara em tempos idos aquela casa monástica feminina. Ao requinte do espólio associou-se, soberbamente, a objectiva de António Homem Cardoso.

O livro, com 143 páginas, pretende transmitir ao visitante o essencial sobre o passado do Mosteiro. Sob a coordenação de Ferrão Afonso, articula-se em dez secções,

que vão do *Pórtico*, uma singela palavra de abertura assinada por Arnaldo Pinho e que na sua simplicidade evoca o carácter daquele mosteiro e daquelas terras: “uma terra, um mosteiro, uma Santa”. Frase emblemática, sabiamente retirada de uma obra da autora que melhor conhece o passado do Mosteiro de Arouca: Maria Helena da Cruz Coelho. De resto, esta autora e em parceria com Luís Miguel Rêpas, assina o texto mais emblemático da obra: *Arouca – Uma Memória Monástica*. Depois, seguem-se vários trabalhos que vão da arquitectura à pintura, passando pela escultura, mobiliário, prataria e iluminura, assinados, respectivamente, José Ferrão Afonso, José António Falcão, Maria da Luz Marques, Gonçalo de Vasconcelos e Sousa, e Vítor Gomes Teixeira.

Dois critérios são evidentes na organização dos trabalhos: no texto de parceria de Maria Helena Cruz Coelho e Miguel Rêpas, como no de José António Falcão e no de Maria da Luz Marques, os autores enriquecem o seu discurso científico com notas que vão fundamentando as afirmações mais pertinentes. Os restantes autores olvidaram essa boa praxis metodológica científica, e às vezes o saber que manifestam, perdoem-me o laconismo, parece brotar por “obra e graça do divino espírito santo”.

Para análise deste trabalho, vou tentar esquecer-me, exercício difícil, do estudo sobre o **Mosteiro de Santa Maria de Arouca** que durante oito anos absorveu a minha pesquisa documental e bibliográfica, às quais juntei a observação do edifício, e que viria a resultar em dissertação de doutoramento. Vou tentar colocar-me na pele de um simples leitor, de anónimo visitante, que parte para as terras de Arouca à procura do seu Mosteiro. E vindo de sul ou do norte, de leste ou de oeste, quem calcorreia tais caminhos tem um denominador comum: interesse particular pelas coisas da história e da arte. O visitante, que através do turismo cul-

tural procura enriquecer a sua bagagem intelectual. Não é investigador mas é um atento leitor que, não só está informado, como documentado sobre a viagem que empreendera fazer. É que informação e documentação não são a mesma coisa. Num trabalho científico ao lado da “informação” surge a “documentação” como suporte factual daquela, evidenciando o nível de pesquisa que motivou a afirmação-informação. Assim, em discurso científico, informar e documentar não devem ser práticas antagónicas mas complementares. E o meu visitante imaginário antes de arribar às terras de Arouca, teve o cuidado e o interesse em se documentar, lendo as obras fundamentais sobre o alvo da sua atenção.

Fixei o meu olhar na capa do livro: *O Mosteiro de S. Pedro e S. Paulo de Arouca – História e Arte*. Procurei no edifício encontrar o justificativo desse título. Entrei na sua igreja e busquei no altar-mor os santos tutelares do mosteiro, mas aí em lugar destacado, no topo da tribuna, encontrei a imagem de Nossa Senhora; abaixo, a um e outro lado, Sancha e Teresa, as irmãs de Mafalda, num outro registo inferior, S. Cosme e S. Damião enquadram as imagens de S. Bento e de S. Bernardo. E aí lembrei-me das minhas leituras de casa: na fase fundacional do Mosteiro, o mesmo fora dedicado a S. Pedro e a S. Paulo e aos mártires S. Cosme e S. Damião. E então, na minha memória afloraram outros que antes de nós se interessaram por compreender, estudando, o significado das coisas. Lembrei-me de Simões Júnior, de Nogueira Gonçalves, de Pedro Dias, Maria Helena Cruz Coelho... Busquei auxílio na documentação publicada. No século XI ao lado de Pedro e Paulo aparece a invocação de Maria, podendo surgir no mesmo documento as denominações associadas ou isoladas. Todavia a invocação mais referida é S. Pedro para, até meados da centúria seguinte, se referir a sistematicamente a triologia, tendo à cabeça S. Pedro.

Daí para a frente, pontualmente, Santa Maria toma a dianteira. Sabe-se que o Mosteiro ainda antes da adopção dos princípios cistercienses torna-se, exclusivamente, feminino, lá pelos anos de 1153, sendo dez anos mais tarde a igreja conventual dedicada a Santa Maria: **dedicacio ecclesia sca. m^a de arouca e^a m^a cc^a i^a**, ou seja o ano de 1163.

Ora, S. Pedro e S. Paulo, são santos que estão ligados à fundação do primitivo mosteiro, tendo este, depois da passagem de Mafalda adoptado os princípios de Cister, invocando, sobretudo, Santa Maria. E como afirmei já em 1998, é como casa cisterciense que o mosteiro de Arouca deve ser entendido, abrangendo os derradeiros e prolongados oito séculos da sua existência. Resquícios materiais do tempo anterior pouco ou nada resta. E a tradição deve ser mantida quando presente na alma do povo. A própria memória escrita, a fundamentação documental, ia registando, já a partir do século XII, a invocação de S. Pedro e S. Paulo como lembrança da fundação, á qual se sobreponha a invocação de Santa Maria.

Num livro que pretende reunir o essencial sobre o Mosteiro de Arouca, em vez de se encetarem laivos de altos voos, é aconselhável que, através dos plurais “estudos” os diversos autores transmitam uma imagem fidedigna do que foi aquela instituição monástica, e de que maneira aquele acervo gigantesto- edifício e recheio artístico - chegou ao século XXI.

À cabeça importava reforçar a singularidade daquele Mosteiro, o que foi magistralmente conseguido em trabalho de sólida sustentação científica desenvolvido por Maria Helena da Cruz Coelho com Luís Miguel Rêpas, sob o título, aparentemente poético, de *Arouca uma memória Monástica*. Um Mosteiro dúplice cuja origem remonta ao século X fundado sob o patrocínio particular, viria a transformar-se em feminino no tempo de D. Afonso Henriques pela acção da patrona D. Toda Viegas,

sendo primeira abadessa D. Elvira Anes. Mais tarde, no século XIII, sob o patrocínio de uma rainha viria a conhecer os contornos que lhe influenciaram o futuro. Como património de D. Mafalda, rainha de Castela, filha de D. Sancho I e neta do fundador de Portugal, viria a assumir o carácter que delinearia os posteriores oito séculos de existência. Com Mafalda adoptou os princípios de Cister, com Mafalda aumentou o seu espaço de influência lançando-o para o cenário do poder central, e com o prestígio de uma rainha passaria a atrair exclusivamente senhoras da aristocracia, que como religiosas ou como educandas, o escolhiam para aí professarem, ou completarem a sua formação e regressarem à vida laica. Prestígio e nobreza foram distintivos que o mosteiro adquiriu com a presença de Mafalda. A ombrear desafio económico, corolário das características anteriores. E no Antigo Regime à Nobreza estão associados cultura e protagonismo social e poder político, o que não é viável sem um bom suporte financeiro. Em suma, o Mosteiro de Santa Maria impôs-se nas terras de Arouca, no tempo longo, como um mosteiro de elite. Bem andaram Maria Helena da Cruz Coelho e Luís Miguel Rêpas que em várias frentes chamam a atenção do leitor para singularidade do Mosteiro de Santa Maria de Arouca, num texto profundo, onde a nota dominante é a segurança das afirmações.

Segue-se um estudo de José Ferrão Afonso intitulado *Arquitectura- a unidade diversa*. O leitor atento depara-se com um texto basicamente generalista, pretendendo o autor algum arrojo na interpretação do edifício que antecedeu o actual, pelo recurso aos resultados de recentes escavações arqueológicas. Melhor andaria o autor se atentasse nas hipóteses sustentadas apresentadas por Nogueira Gonçalves e Maria Helena da Cruz Coelho e brindasse o visitante com uma boa análise dos espaços existentes. E afinal pergunto-me: qual era a

igreja de três naves, de S. Bartolomeu ou a conventual?

Apenas algumas observações: em que é que o chanfro evidenciado na profundidade das ombreiras esquerdas das janelas do primeiro piso da fachada Norte foram condicionadas pela “obsessão da organização geométrica” e perspéctica da fachada? A profundidade das vergas das aberturas da mesma fachada que dão para o coro, ao nível do primeiro piso, em que é que influenciam o equilíbrio dos tramos exteriores? Parece-me que há aqui um clara falta de compreensão da organização dos vãos, ou então, a leitura ao contrário das afirmações de Nogueira Gonçalves, que justifica esses chanfros para que as aberturas coincidissem na parte interior com o “meio dos respectivos panos de muro”.

Várias foram já as interpretações destes chanfros, incluindo-se além dos autores referidos a opinião de José Fernandes Pereira. Aqui não posso deixar de emitir a minha própria análise que se baseia na captação da luz pelo movimento do astro-rei. Depois observações demoradas sobre a incidência do sol nascente nessa fachada, concluí que esses cortes oblíquos se prendiam com a captação de luz. Um dia levei a Arouca um mestre carpinteiro e mostrei-lhe a fachada norte, sem emitir qualquer raciocínio que pudesse comprometer a sua análise. Quando interrogado, directa e objectivamente, sobre o porquê daquelas inclinações a sua resposta deixou-me sem palavras: “para captar o sol nascente”. Mais palavras para quê!

Quando Ferrão Afonso analisa o corpo poente – o das portarias – e se depara, no extremo sul com as janelas de sacada do primeiro piso, e que contrariam a regularidade daquela fachada, não oferece qualquer explicação sobre o porquê da sua existência. O Senhor Carlos Matos que guarda, actualmente, aquele singular edifício sabe que por detrás daquelas aberturas estão os aposentos da abadessa.

Bem andou ao afirmar que houve uma preocupação de harmonizar as novas construções, com as pré-existentes, como ao afirmar que o corpo poente, enquadrado entre dois torreões, faz lembrar o modelo da casa nobre. Terá sido Gaspar Ferreira, como afirma, o autor desse dormitório? Nada se sabe.

Depois demora-se em Gimac e particularmente na sua obra prima: a igreja e o coro do Mosteiro. Não fossem pontuais incorreções – como por exemplo Gimac ter projectado a Basílica de Santa Anastácia, em Roma –, e alguns voos desnecessários e sem suporte – e brindaria o leitor com uma interessante análise, embora sofrível de explicações, considerando, justamente o Mosteiro de Arouca como emblemático no contexto da “arquitetura portuguesa da época Moderna”. A aproximação que faz do projecto de Arouca com obras de João Antunes, esclarecem que não percebera a erudição que emana do espaço de Arouca: o tratamento barroco da luz. Mais que as formas a essência do espaço.

Quedo-me perante um texto ambicioso e volátil.

Melhor esteve o autor no estudo sobre a Pintura, esclarecendo de imediato que iria apenas abordar algumas das peças mais marcantes do espólio do Museu no tempo longo e que foram referenciais da evolução estética da arte portuguesa.

Os artistas mais marcantes da arte pictórica portuguesa estão presentes no acervo de Arouca. Ficar-lhe-ia bem citar José Alberto Machado no estudo que desenvolveu sobre o pintor André Gonçalves; como também de Pedro Dias o trabalho sobre *As pinturas Quatrocentistas do Museu de Arouca*. Foi precisamente este ilustre historiador de arte quem chamou a atenção daquele singular conjunto de tábuas no panorama nacional, atribuindo-lhe, por aproximação documental, uma datação.

O que dizer do texto intitulado *O Museu de Arte Sacra* e assinado por José António

Falcão? Uma página colocada no conjunto da obra por mero acidente. Menos era impossível dizer-se. Em vez do menos antes o nada!

Que a disposição das peças no actual Museu não é modelo, todos nós o sabemos. Em contrapartida, historicamente, por justiça, muito haveria de constatar-se, e dados não faltariam. Teria sido oportuno salientar a acção da Irmandade da Rainha Santa Mafalda, como fiel depositária daquele património artístico, que tanto nos orgulha, bem como alguns nomes que, por bairrismo sadio, permitiram que essas jóias chegassem ao século XXI. Se não quisesse mergulhar nas teias da história, bastaria atentar na acção da actual Mesa. Gente desinteressada que são exemplo. Permitam-me a minha homenagem ao Sr. Carlos Matos, actual guardião daquelas preciosidades, um ilustre sucessor de D. Rosa.

Depois, ficava bem, e só a título de evocação, lembrar alguns trechos da acção de **Artur de Freitas Pacheco**, e o seu **Livro de Honra que em 1933** ofereceu ao Museu quando este foi inaugurado. Sem delongas, encontrava aí o autor manancial para um texto esclarecedor e em vez de 1934 talvez escrevesse 1933.

Ficar-lhe-ia bem ler o artigo de Pedro Vitorino, datado de 1937, justamente intitulado *O Museu*.

Melhor esteve quando analisa o espólio escultórico que se pode ver no Museu de Arte Sacra de Arouca, demonstrando que esse mosteiro sempre soube socorrer-se do melhor que em Portugal se fazia. Texto bem redigido com interessantes anotações para pesquisa posterior. Muito bem lhe ficam as referências bibliográficas, que soube ler com atenção. Uma observação apenas: a jacente da beata Mafalda não é da segunda metade do século XVII, mas, possivelmente, de finais da centúria de duzentos início de trezentos. São apenas quatrocentos anos de diferença!

O texto sobre o mobiliário, de Maria da Luz Paula Marques, que a própria considera de introdutório, esclarece o patamar elitista das monjas de Arouca que se faziam acompanhar de peças do mais alto calibre estético nacional. Desde as arcas indo-portuguesas, até ao trono abacial, que justamente aponta como autoria possível de José Francisco de Paiva, somos confrontados com um relato sintético onde a reflexão foi dominante, fazendo realçar algumas peças singulares no panorama do mobiliário português, como a Mesa de Sacristia.

Também Gonçalo de Vasconcelos e Sousa coloca a tónica na singularidade das peças de prataria que faziam parte do acervo do Mosteiro de Santa Maria de Arouca, seleccionando para sua análise algumas das peças mais representativas. Tanto pelo simbolismo como pela qualidade da peça, não compreendo porque a urna relicário da Rainha Mafalda ficara à margem dessa escolha. É do domínio público o papel crucial daquela Senhora na consolidação da casa monástica, nomeadamente do seu desafogo financeiro permitindo-lhe investir em Arte da melhor que o Reino produzia

Para abrir escolheu, e bem, uma das peças mais significativas que se impõe no cenário artístico português medieval, justamente o díptico-relicário pertença da Rainha Mafalda. Uma peça de excelência que motivara a Carlos Alberto Ferreira de Almeida um estudo igualmente invulgar pela profundidade com que analisa aquela peça. Com o título *O Díptico Relicário de Arouca*, e fundamentado numa reflexão iconográfica, o autor brindou, em 1983, a comunidade científica com um brilhante estudo, traçando o percurso da peça, até integrar o espólio do Mosteiro. Pena foi que Gonçalo de Vasconcelos e Sousa não se tivesse lembrado desse trabalho. Quanto ao tríptico-relicário quinhentista, parece-me que deste século terá sido um restauro da peça, o seu interior, como as imagens dos volantes são,

com toda a certeza, bastante anteriores, possivelmente do século de Mafalda. A mesma leitura se aplica à Cruz-Relicário onde está encastoada a relíquia do Santo Lenho. A base será renascentista, mas a cruz é bastante anterior.

Fecha a obra um comentário breve de Vítor Gomes Teixeira sobre o singular conjunto de livros iluminados que se conservam em Arouca, talvez a melhor colecção da Península Ibérica, que aguarda um estudo global. Também neste domínio as monjas elitistas procuraram o melhor.

Nota-se a ausência de um estudo sobre os “Tecidos” que são também referência no conjunto do espólio do Museu, tanto de alfaias litúrgicas, como particularmente, os tapetes dos séculos XVI-XVII.

Quando se fala de coisas sérias do passado é bom que se fale com conhecimento de causa. Só pesquisando e mergulhando fundo na poeira dos arquivos se encontram algumas explicações para aquilo que resiste à passagem do tempo: uma terra, um mosteiro, uma Santa; um lugar, um edifício e a população que o habitou. E muitos foram já os investigadores que deixaram obra que merece ser estudada.

Aí está um bom livro, de belo aparato gráfico, revelador de um Mosteiro que dentro das suas paredes guarda ainda um excelente património artístico. Património que tanto pela qualidade como pela quantidade, é o mais soberbo testemunho que temos em Portugal da importância que as ordens religiosas tiveram no nosso país. E no livro sobre o **Mosteiro de Santa Maria de Arouca**, destoa pela positiva o texto de Maria Helena Cruz Coelho e Luís Miguel Rêpas. No restante era possível trabalho mais seguro, assim os autores o quisessem. Hoje, no século XXI, o conceito de obras de divulgação não é o mesmo que o dos anos sessenta, quando Simões Júnior publica na colecção Arte em Portugal o livro *Mosteiro de Arouca*. Passou-se quase meio século e o conhecimento científico em Portugal muito avançou.

Obrigado Maria Helena da Cruz Coelho e Luís Miguel Rêpas pelo seu brilhante estudo-divulgação sobre o Mosteiro de Santa Maria de Arouca. E não tomem os restantes autores estas críticas pela negativa, mas tão só como processo de avanço no conhecimento e no saber que a todos académicos norteia.

Manuel Joaquim MOREIRA DA ROCHA